

CONSTITUINTE

# Entidades articulam apoio

O trabalho que vem sendo realizado pelas entidades indigenistas e indígena junto aos parlamentares constituintes, com o objetivo de conseguir que eles defendam os direitos dos povos índios durante a elaboração da nova Constituição, começa a dar resultados. Segundo Ailton Krenak, coordenador da UNI (União das Nações Indígenas), dos deputados já contatados, o apoio de aproximadamente 30 deles está garantido. Número este que pode aumentar, afirma, uma vez que o constituinte, quando líder de um grupo ou partido político, poderá aglutinar correligionários em torno de suas propostas. As entidades que participam dessa articulação, além da UNI, são: Cimi, Inesc (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e CPI (Comissão Pró-Índio).

Ao mesmo tempo, quando a nova Constituição estiver sendo elaborada, membros dos regionais do Cimi, em várias partes do país, estarão se reunindo com parlamentares federais em seus Estados de origem. A intenção é também garantir o apoio à questão indígena.

No Sul, os primeiros contatos se deram durante o período que antecedeu às eleições do mês de novembro último (ver PORANTIM nº 92). O andamento da campanha será decidido nos dias 19 e 20 de março quando as entidades que dela participam se reunirão na cidade de Erechim (RS).

Nordeste

No Nordeste, as articulações estão sendo feitas juntamente com sindicatos e movimentos populares da região. O grupo pró-constituinte de Pernambuco, do qual o Cimi faz parte, se reunirá com parlamentares da bancada federal do PMDB a 14 de março, (um dia antes da posse do governador eleito do Estado, Miguel Arraes). No documento a ser entregue

aos deputados, a questão indígena será um dos temas abordados.

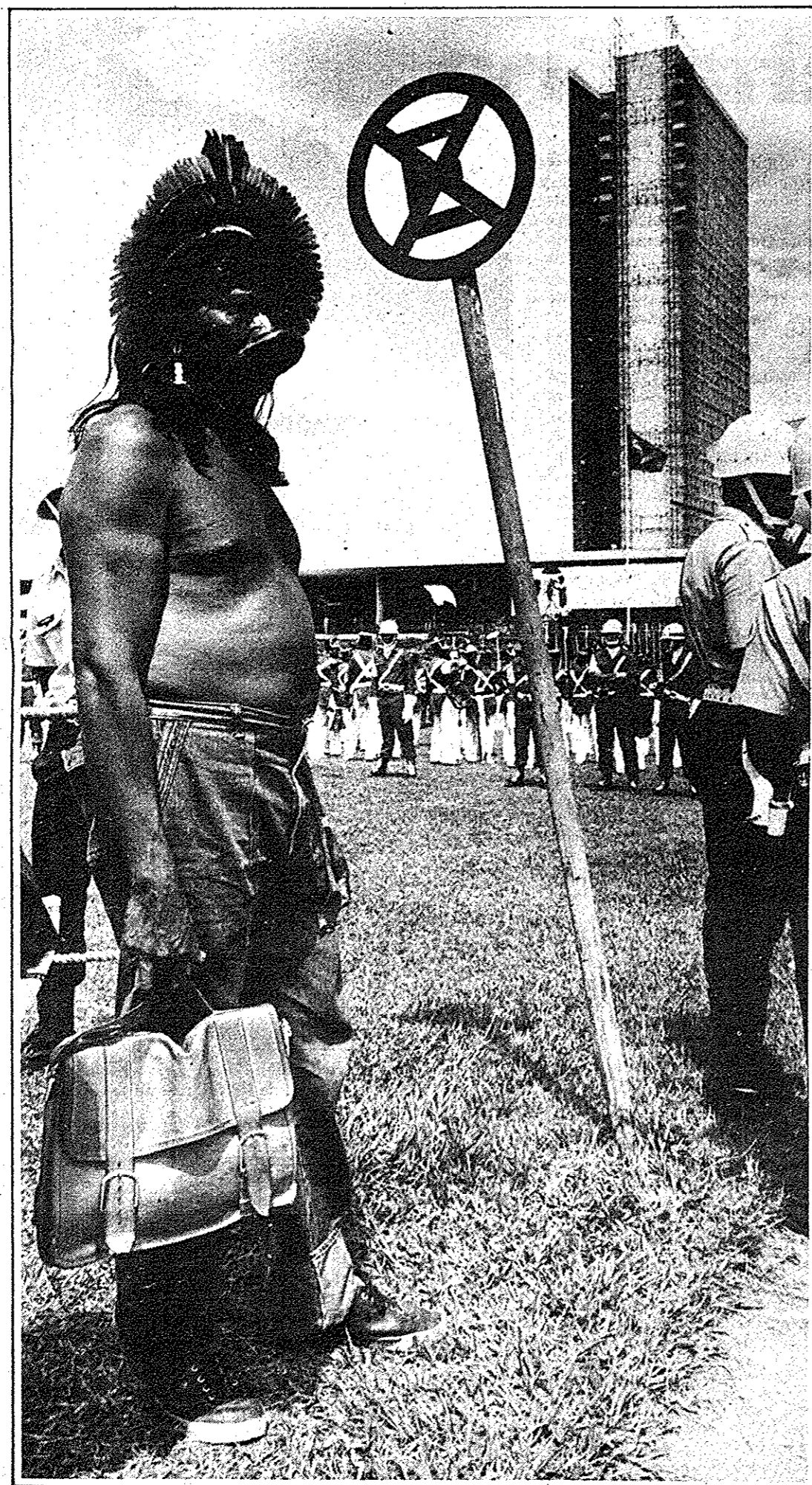
Em Maceió, no Estado de Alagoas, o grupo pró-constituinte (formado como em Pernambuco, por representantes de sindicatos e movimentos populares) está realizando reuniões para discutir propostas que, num documento final, incluirão reivindicações dos povos indígenas do Nordeste.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, que está sendo criado por várias entidades (como o Cimi) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), terá (inevitavelmente) a Constituinte como uma de suas preocupações principais. O Regional do Cimi nesse Estado será o responsável em apresentar na comissão questões relativas aos interesses dos índios.

Regimento

Apesar de não ter sido aprovado até o fechamento desta edição do PORANTIM, é praticamente certo que o Regimento Interno que norteará os trabalhos dos parlamentares, incluirá a criação de oito comissões constituintes. Cada uma delas, composta por 63 membros, se subdividirá em 24 subcomissões. Após a instalação das comissões, os parlamentares terão 60 dias para apresentar seus projetos. O problema é se a Comissão de Sistematização e Redação, que elaborará a redação final da Constituinte, terá o poder de alterar os textos dos projetos apresentados pelas outras comissões.

Apesar disso, Ailton Krenak considera possível garantir os direitos indígenas. Afinal, diz ele, há deputados sensíveis à causa nessa constituinte que pela primeira vez na história do Brasil terá o tema indígena em suas discussões. As questões presentes na atual Constituição foram incluídas pelo governo no decorrer do tempo devido às pressões dos próprios índios e entidades indigenistas.



Na instalação da Constituinte ele não entrou. E daqui pra frente?

# O que esperar do Congresso

No gramado do Congresso, por trás das cercas de proteção e rodeadas de policiais por todos os lados. Este foi o lugar que coube aos cerca de 5 mil populares que pretendiam assistir à abertura do Congresso Nacional Constituinte, em Brasília. Em meio a essas pessoas, estava Francisco Alves Teixeira, índio Tapeba da aldeia de Caucaia, no Ceará, escolhido representante de sua comunidade. Ele trazia, o tempo todo, o cartaz de reivindicações e tinha o que dizer: "No Ceará, existe índio que ainda tem cultura. Vim reclamar a reforma agrária justa porque a gente precisa de terra para viver. A fome no Nordeste é culpa dos latifundiários". Apesar de ser o próprio retrato do índio no Brasil de hoje — passando necessidades, as terras da comunidade tomadas por latifundiários, vivendo de

artesanato e dos caranguejos catados no mangue — Francisco sequer conseguiu ser identificado como tal. Desprovido de cocares ou botoque, ele não foi procurado pelas curiosas lentes fotográficas de turistas e sequer pela imprensa, como aconteceu ao cacique xinguano Raoni Txukahamãe, que, a despeito disso, foi igualmente impedido de se fazer ouvir pelos constituintes. Ao mesmo tempo, de dentro do Congresso, saía da solenidade oficial Luiz Inácio Lula da Silva, deputado mais votado do país (652 mil votos), reclamando espaço e participação para os próprios constituintes. Diante desse quadro, que espaço na formulação da nova Constituição pode esperar o movimento indígena, que tantos e tão grandes interesses vem encontrando em sua trajetória de luta?



## O risco de mudanças

"A partir da ideia de que a atual Constituinte está incompleta, por não estarem representados os primeiros brasileiros, acredito que a questão indígena corre o risco de ser analisada por pessoas desinformadas sobre o assunto ou informadas no sentido contrário aos nossos interesses".

A preocupação é de Marcos Terena, ex-candidato indígena a deputado constituinte pelo PDT-DF, para quem a participação popular na Constituinte está altamente comprometida, "uma vez que o compromisso da maioria dos deputados e senadores eleitos é com o poder econômico".

Marcos Terena considera que seja "correr o risco de perdas" reivindicar mais que a manutenção do artigo 198 da Constituição em vigor, que dispõe sobre a inalienabilidade das terras indígenas. Apesar de a atual Constituição ter sido elaborada sem qualquer participação indígena ou indigenista, Terena considera o artigo "inehorável" e, segundo ele, a inclusão do direito indígena sobre seu subsolo na nova Constituição, como propõe o Programa Mínimo (ver PORANTIM nº 91) elaborado por entidades de apoio ao Índio, juntamente com a UNI (União das Nações Indígenas) é perigoso, porque abre espaço a argumentos contrários do inimigo que está em maioria no Congresso. O líder Terena, residente há anos em Brasília, questiona ainda o Programa por ter sido proposto por entidades cuja representatividade, a seu ver, não estaria assegurada, junto às comunidades indígenas.

Marcos Terena está buscando contatos com parlamentares e, por sugestão de deputados negros, formará uma Frente Parlamentar de Apoio à Causa Indígena, que já conta com o apoio expresso do cantor Gilberto Gil, que ocupa cargo de destaque na Prefeitura de Salvador.

## O apoio de apenas 25%

Aos 66 anos, o deputado federal Florestan Fernandes (PT-São Paulo), estudioso da situação dos negros e índios no Brasil, foi taxativo ao dizer que mesmo parecendo uma visão pessimista, está difícil movimentar a Assembleia Constituinte para decisões favoráveis às populações indígenas. Conforme suas previsões, os índios poderão contar com apenas 25% de apoio dos parlamentares federais. "É inclusive perigoso fazer os índios acreditarem que podem contar com um índice maior que este, para a resolução de seus problemas fundamentais e emergentes", disse ele. E ressaltou que essas "magras perspectivas" acentuam-se com o fato de que esses parlamentares, apesar da boa vontade que possuem, não conseguirão fazer quórum para um programa mais radical de ação.

Os 25% de parlamentares, que ele situou como membros do PT, PDT, PCB, PC do B e os "chamados progressistas" do PMDB, podem inclusive argumentar com propostas contra projetos do tipo Carajás ou Calha Norte. Mas o difícil é desmobilizar as forças, como por exemplo, do Exército brasileiro, Forças Armadas e o próprio Governo, que Florestan Fernandes diz defenderem realmente a política de genocídio contra essas populações.

Sendo assim, há riscos de que o Brasil, mesmo com a nova Constituição, não passe do estágio do que "poderia ser uma democracia", visto a pouca probabilidade de resolver suas questões de berço, que para Florestan Fernandes, são os negros e índios.

Enfim, acha ele que essas etnias continuarão às voltas com seus elos

de defesa que podem ser evidenciados, mas não classificados em suas potencialidades. Isto porque, enquanto os índios, até certo ponto, se resguardam enquanto "privilegiados" com o isolamento e pela "mitologia misticadora" que lhes são atribuídas, os negros ficaram expostos, "mais jogados, mais marginais". De outro modo, se as sabotagens políticas e econômicas estão aquém da compreensão e manipulação de alguns índios, isto os torna mais vulneráveis, inclusive ao extermínio generalizado. Enquanto que os negros "andam às voltas" com agressões diárias do sistema.

Mas, concluiu Florestan Fernandes, tanto negros quanto índios, continuam, nas ruas de suas terras, sendo estupidamente malvistas.

## Confiança na mobilização

No dia em que a Constituinte foi instalada, um jornalista perguntou à deputada federal Benedita da Silva, eleita com 24.460 votos pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, se ela defenderia os direitos da mulher durante a elaboração da nova Constituição. Ela respondeu que estaria a favor dos interesses da mulher, do homem, do negro, do índio, do trabalhador... Pela primeira e única vez nas centenas de entrevistas que naquele dia eram dadas, um parlamentar lembrava à imprensa que os índios ainda estão por aí.

Mas se seus direitos serão realmente garantidos, ela mesmo reconhece que é difícil dizer. Em entrevista ao PORANTIM, Benedita afirmou: "Tenho um desejo que isso ocorra. Não sou ingênua e conheço a correlação de forças no

Congresso. Mas acredito na mobilização popular".

E já que nenhum dos candidatos indígenas conseguiram se eleger nas eleições de novembro último, como ela lembrou no início da entrevista, é necessário pensar em alguns constituintes de diversos partidos que podem representar os interesses dos índios. "Meu partido", disse Benedita, "considera que a questão indígena deve receber toda a atenção". E acrescentou: "Estou comprometida com esses povos para defendê-los na Constituinte", apesar de achar que é o próprio índio quem sabe o que que é bom para ele. "Quem libertará os povos indígenas serão os povos indígenas com sua organização".

Para a deputada carioca, falar do tema indígena é, como no caso do negro, lembrar a questão racial, que, necessariamente, remete ao problema da discriminação. "Não só pela cor", afirma, "mas também a social".

E nesse momento, então, segundo ela, que surge a importância de se demarcar as terras indígenas, maneira de preservar os valores culturais dos índios negados pela sociedade envolvente. Demarcações essas, aliás, que têm sido impedidas pelo Conselho de Segurança Nacional (ver página 4). Ela acredita que a interferência do órgão de segurança na política indigenista nada mais é do que a permanência do lixo autoritário no governo. E quando lembrada que o processo de algumas dessas áreas foi interrompido em nome da segurança nacional, uma vez que as terras se localizam na faixa de fronteira, ela disse que "as comunidades indígenas desenvolveram durante a ocupação dessas terras uma lei maior de segurança nacional: a lei de segurança ecológica".